

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008/2022 – GAB/SED

Estabelece diretrizes para matrícula no Ensino Fundamental das Unidades Escolares da rede pública municipal de ensino de Balneário Camboriú/SC para o ano letivo de 2023.

O município de Balneário Camboriú, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, estabelece por meio desta Instrução Normativa as diretrizes gerais para a execução de matrícula nas Unidades Escolares, conforme Lei Federal nº 13.845, de 18 de junho de 2019; Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015; Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013, Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Lei Ordinária Municipal nº 4.079, de 29 de novembro de 2017; Lei Municipal nº 2.505, de 09 de novembro de 2005; Lei Municipal nº 1.069, de 09 de julho de 1991; Resolução nº 02, de 01 de novembro de 2017 e Resolução nº 01, de 09 de março de 2021, do Conselho Municipal de Educação/CONSEME.

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, inclusive os que não tiveram acesso à educação na idade certa.

1. CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

A Secretaria Municipal de Educação ofertará vagas para matrícula em Unidade Escolar da rede pública de ensino fundamental, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Indispensável para a efetivação da matrícula ser o(a) aluno(a) residente no município de Balneário Camboriú/SC;
- b) Ter o(a) aluno(a) 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso no Ensino Fundamental;
- c) O local de matrícula respeitará o zoneamento. Em caso de indisponibilidade de vaga, a matrícula se efetivará em outra Unidade Escolar próxima da residência.

2. MATRÍCULA

A matrícula é um ato administrativo que vincula o aluno à Unidade Escolar, é de responsabilidade dos Pais ou Responsável Legal a apresentação da documentação conforme o item 4 desta normativa.

A apresentação da documentação é de responsabilidade dos Pais e/ou Responsável Legal pelo(a) aluno(a), cabendo a Secretaria Municipal de Educação apenas o encaminhamento para vaga na instituição de acordo com o zoneamento e disponibilidade de vaga.

A efetivação da matrícula e a conferência dos documentos é de responsabilidade da Unidade Escolar.

Na modalidade EJA, a matrícula deve ser efetuada pelos Pais e/ou Responsável Legal de alunos menores de 18 (dezoito) anos, ou pelo próprio aluno com idade maior a supracitada.

2.1 Renovação de matrícula

- a) A rematrícula é de responsabilidade dos Pais ou Responsável Legal;
- b) A rematrícula deve ser efetuada no período estabelecido no calendário escolar;
- c) A rematrícula está condicionada ao preenchimento da ficha de atualização de cadastro, apresentação de comprovante de residência atualizado (últimos três meses) e Declaração Vacinal atualizada do(a) aluno(a) emitida pelo Posto de Saúde (últimos três meses) - conforme estabelecido no item 4 desta normativa e mediante assinatura da Ficha de Matrícula pelos Pais ou Responsável Legal.

2.2 Matrícula nova e por transferência

A efetivação de matrícula nova ou por transferência dar-se-á mediante:

- a) Apresentação da documentação, de acordo com o item 4 desta normativa;
- b) Assinatura da Ficha de Matrícula pelos Pais ou Responsável Legal.

2.3 Desistência de matrícula ou abandono

- a) Não efetivação da rematrícula, caracteriza-se como desistência;
- b) Quando o(a) aluno(a) apresentar 30 (trinta) dias de faltas consecutivas, esgotadas todas as tentativas de localização e reintegração, após encaminhamento ao APOIA (Programa de Combate a Evasão Escolar) e Conselho Tutelar, caracterizando abandono.

3. DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

A composição de turmas atenderá ao disposto no Art. 5º da Resolução nº 02, de 01 de novembro de 2017, do Conselho Municipal de Educação (CONSEME), salvo em cumprimento o artigo 4, item I e X, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; artigo 4º da Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013 e artigo 53 da Lei Federal nº 13.845, de 18 de junho de 2019.

4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Para efetivação da matrícula é necessária a apresentação dos seguintes documentos originais com cópias:

- a) Comprovante de escolaridade (ano/série) do(a) aluno(a) com carimbo e assinatura;

- b) Histórico Escolar do(a) aluno(a) a ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias após efetivação de matrícula;
- c) Certidão de nascimento ou documento de identidade do(a) aluno(a);
- d) Cadastro de Pessoa Física - CPF do(a) aluno(a);
- e) Uma foto 3x4 do(a) aluno(a);
- f) Declaração Vacinal atualizada do(a) aluno(a) emitida pelo Posto de Saúde (últimos três meses);
- g) Cadastro de Pessoa Física - CPF dos Pais ou Responsável Legal;
- h) Documento de Identidade dos Pais ou Responsável Legal;
- i) Comprovante de residência (água, luz ou IPTU) atualizado (últimos três meses) no nome dos Pais ou Responsável Legal, ou; declaração de residência autenticada em cartório pelo proprietário do imóvel acompanhada de comprovante atualizado (últimos três meses) de residência (água, luz ou IPTU); ou, contrato de locação autenticado em cartório pelo proprietário do imóvel, acompanhado de comprovante atualizado (últimos três meses) de residência (água, luz ou IPTU);
- j) Declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para alunos(as) que convivem com Responsável Legal;
- k) Protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras.

4.1 Histórico Escolar de aluno(a) proveniente de países que fazem parte do Mercosul

O Histórico Escolar deve obedecer o disposto no Parecer nº 23, de 05 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir da recomendação do Ministério da Educação - MEC, por meio do "*Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados*" (<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/30000-uncategorised/62851-homologacao-de-estudos-e-titulos>) (ANEXO I).

4.2 Observações quanto a documentação para efetivação de matrícula:

4.2.1 Em caso de dúvida quanto a documentação de residência do(a) aluno(a), a Secretaria Municipal de Educação poderá efetuar visita ao local para comprovação.

4.2.2 A matrícula será cancelada se houver adulteração, informação ou apresentação falsa de documento particular, com propósito de alterar a verdade dos fatos para obter vantagem indevida, conforme o Art. 299 do Código Penal Brasileiro:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

5. DA DIVULGAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação e as Unidades Escolares são responsáveis pela divulgação do período de matrícula de acordo com o Calendário Escolar da rede pública municipal de ensino de Balneário Camboriú.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A Unidade Escolar deverá, a partir do ato de matrícula, assegurar à comunidade escolar acesso ao regimento interno e ao Projeto Político Pedagógico.

6.2 A matrícula e frequência às aulas não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de cobrança financeira ou imposição de condições de troca ou vantagem.

6.3 A transferência de turno somente ocorrerá, mediante solicitação dos pais ou responsável legal do aluno na própria Unidade Escolar e será atendida mediante existência de vaga.

6.4 A transferência entre escolas da rede municipal de ensino público deverá ser solicitada pelos pais ou responsável legal na Secretaria de Educação.

6.5 As Unidades Escolares que possuem nome de pessoa na denominação da escola, deverá entregar material biográfico ao aluno no ato de matrícula ou nos primeiros dias do ano letivo, conforme a Lei Municipal nº 3.564, de 21 de maio de 2013.

6.6 A Secretaria Municipal de Educação, em caso de suspeita ou denúncia, fará revisão das matrículas que não obedecerem aos critérios estabelecidos nesta instrução normativa, promovendo, se necessário, ações administrativas e/ou judiciais.

6.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Equipe Administrativa, pela Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Setor de Vagas.

Balneário Camboriú, 27 de outubro de 2022.

MARILENE ROSANA SEVERINO CARDOSO

Diretora Geral do Colegiado da Educação

ANEXO I

11	6º ano EGB 2	6º grau Ed. Prim.	6º grau Ed. Prim.	6º Ens. Fund. (12 anos)	6º Ens. Fund.	6º E.E.B.	6º Primário	6º Primário	6º Ensino a Primária	6º Educação Primária	6º de Ensino Básica	6º de Ed. Básica Secundária	7º Educação Básica	6º grau de Ed. Primária	6º grau de la Segunda Etapa de Ed. Básica	6º grau Ed. Primária
10	5º ano EGB 2	5º grau Ed. Prim.	5º grau Ed. Prim.	5º Ens. Fund. (11 anos)	5º Ens. Fund.	5º E.E.B.	5º Primário	5º Primário	5º Ensino a Primária	5º Educação Primária	5º de Ensino Básica	5º de Ed. Básica Primária	6º Primário Básico	5º grau de Ed. Primária	5º grau de la Segunda Etapa de Ed. Básica	5º grau Ed. Primária
9	4º ano EGB 2	4º grau Ed. Prim.	4º grau Ed. Prim.	4º Ens. Fund. (10 anos)	4º Ens. Fund.	4º E.E.B.	4º Primário	4º Primário	4º Ensino a Primária	4º Educação Primária	4º de Ensino Básica	4º de Ed. Básica Primária	5º Primário Básico	4º grau de Ed. Primária	4º grau de la Segunda Etapa de Ed. Básica	4º grau Ed. Primária
8	3º ano EGB 1	3º grau Ed. Prim.	3º grau Ed. Prim.	3º Ens. Fund. (9 anos)	3º Ens. Fund.	3º E.E.B.	3º Primário	3º Primário	3º Ensino a Primária	3º Educação Primária	3º de Ensino Básica	3º de Ed. Básica Primária	4º Primário Básico	3º grau de Ed. Primária	3º grau de la Primera Etapa de Ed. Básica	3º grau Ed. Primária
7	2º ano EGB 1	2º grau Ed. Prim.	2º grau Ed. Prim.	2º Ens. Fund. (8 anos)	2º Ens. Fund.	2º E.E.B.	2º Primário	2º Primário	2º Ensino a Primária	2º Educação Primária	2º de Ensino Básica	2º de Ed. Básica Primária	3º Primário Básico	2º grau de Ed. Primária	2º grau de la Primera Etapa de Ed. Básica	2º grau Ed. Primária
6	1º ano EGB 1	1º grau Ed. Prim.	1º grau Ed. Prim.	1º Ens. Fund. (7 anos)	1º Ens. Fund.	1º E.E.B.	1º Primário	1º Primário	1º Ensino a Primária	1º Educação Primária	1º de Ensino Básica	1º de Nivel de Ed. Básica Ciclo Primária	2º Primário Básico	1º grau de Ed. Primária	1º grau de la Primera Etapa de Ed. Básica	1º grau Ed. Primária
5	inicial	Inicial	Inicial	Pré-escola	Pré-escola	inicial		inicial	inicial	2º inicial Comunitária escolarizada	1º nível de transição parvulária	Transição de Nivel de Ed. Prescolar	1º Ano de EGB	inicial	Inicial introdutória	Prescolar simoncito maternal
4	inicial	inicial	inicial	Pré-escola	Pré-escola			inicial	inicial	1º inicial Comunitária escolarizada	2º nível de transição parvulária					

Fonte:

<http://edu.mercosur.int/pt-BR/atas-de-reunioes-do-setor-educacional-do-mercosul-cmc/viewcategory/1354-tabela-de-equivalencia-do-protocolo-de-integracao-educativa-e-reconhecimento-de-estudos.html>